

O PRONAF E A DINÂMICA GEOGRÁFICA CAMPONESA: O CASO DO ASSENTAMENTO SÃO JOSÉ EM BALSAS NO MARANHÃO – BRASIL

Vanderson Viana Rodrigues¹, Eliezer Henrique da Silva Sousa², Ademir Terra³

¹Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia-PPGG/UEPA; Esp. Em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade-UCAM; Graduado em Geografia Licenciatura-UEMA; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais – GEPQAM/UEMA, e do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia - GPTECA/UEPA, vanderson2016rodrigues@gmail.com

²Graduando em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Bolsista de Iniciação Científica IC-PIBIC/FAPEMA 2019/2020; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais – GEPQAM/UEMA; henriqueeliezer060@gmail.com

³Professor adjunto do Departamento de História e Geografia – DHG/UEMA; Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais – GEPQAM/UEMA; ademirterra@professor.uema.br

Artigo recebido em 29/05/2020 e aceito em 13/05/2020

RESUMO

A conjuntura da questão agrária no Brasil e o reconhecimento da agricultura camponesa justifica a criação de um ambiente institucional favorável para o desenvolvimento das atividades de base sustentável. O presente trabalho objetivou verificar a ação do PRONAF junto aos camponeses do assentamento São José no município de Balsas, Maranhão, analisando as barreiras e ações desta política no âmbito do município. Ressalta-se aqui, que os camponeses balsenses têm enfrentado dificuldades em se manter no campo, isso por conta do avanço do agronegócio sobre as populações tradicionais, as quais têm sido esmagadas pelas ações de grilagem, ameaça e corrupção no campo, onde o capital e a produção em alta escala, tem tomado rumos que não respeitam a natureza e nem a vida.

Palavras-chave: PRONAF; Assentamento rural; Camponeses.

RESUMEN

La coyuntura del tema agrario en Brasil y el reconocimiento de la agricultura campesina justifica la creación de un entorno institucional favorable para el desarrollo de actividades con una base sostenible. Este estudio tuvo como objetivo verificar la acción del PRONAF con los campesinos del asentamiento de São José en el municipio de Balsas, Maranhão, analizando las barreras y acciones de esta política dentro del municipio. Es notable aquí que los campesinos balsenses han enfrentado dificultades para permanecer en el campo, debido al avance del agronegocio sobre las poblaciones tradicionales, que han sido aplastadas por las acciones de acaparamiento de tierras, amenazas y corrupción en el campo, donde el capital y la producción a gran escala ha tomado caminos que no respetan la naturaleza o la vida.

Palabras clave: PRONAF; Asentamiento rural; Campesinos.

INTRODUÇÃO

O Sul do Maranhão permaneceu por mais de dois séculos ocupados pela pecuária associada ao cultivo de subsistência, ou seja, a agricultura camponesa, que Costa (2000) considera como “O modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural”. Assim se tinha autonomia no território para se fazer e cultivar o que era de maior relevância para cada família camponesa.

O município de Balsas se desenvolveu extensivamente para a agricultura científica globalizada, sobrepondo-se as comunidades camponesas pré-existentes no território. No início, a atividade no sul do Maranhão era familiar, sem a presença de grandes grupos produtores de grãos. Mas nos anos de 1990, a produção se torna, uma atividade empresarial que marca um processo de intensificação da já concentrada propriedade da terra no Maranhão, e como consequência, o acirramento dos conflitos fundiários envolvendo especuladores de terras, sojicultores, trabalhadores rurais, lideranças sindicais e membros das Igrejas Católica e Luterana da região, especialmente no município de Balsas.

Todavia, nos últimos anos, como forma de compensação ou não, por influência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, os camponeses têm fortalecido seu modo de vida tradicional de forma direta ou indireta, ainda assim, por conta dos conflitos e enfrentamentos entre camponeses e produtores de commodities nos últimos anos, houve uma diminuição das áreas de pastagem, que em utilizadas para a criação de pequenos animais e do gado e passaram a cultivar estas áreas com recursos obtidos através do PRONAF. No entanto, com o uso de agroquímicos pelos grandes produtores, que geralmente empregam a pulverização por avião, os camponeses têm sido prejudicados pois o vento tende a espalhar o veneno, chegando até as propriedades camponesas e contaminando as plantações que na maioria das vezes têm características agroecológicas.

Assim, o acesso ao crédito do Pronaf, por alguns camponeses facilitou a produção e a vida penosa que o mesmo tem no campo, no entanto para o acessarem este crédito, os camponeses têm que vencer as diversas fases burocráticas, o que impede o acesso para um maior número de camponeses, evidenciando que esta política, busca englobar somente aqueles que já possuem melhores condições econômicas e sociais, e não os pequenos que dependem de si, e das suas famílias para fazer tudo.

As famílias do assentamento rural São José tem sofrido com a ausência e principalmente com a dificuldade para ter acesso aos recursos do PRONAF em Balsas, tendo

em vista que essa área é um projeto de assentamento do Governo Federal gerido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o crédito deveria ser facilitado, já que o que se pretende com a política de assentamentos é ter unidades familiares produtivas para baratear os produtos primários na alimentação, frutas, verduras, farinhas entre outros.

O principal percalço para a que esses camponeses não consigam ter acesso ao recurso do programa é a falta da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, essa declaração “é fornecida e emitida gratuitamente por órgãos públicos, entidades de classe (Emater, sindicatos e associações de produtores rurais, técnicos agrícolas, entre outros) devidamente credenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário” (BRASIL, 2011, p. 28) e tem vigência de seis anos, prazo pelo qual deve ser renovada. Assim os principais problemas relatados pela comunidade do assentamento é a burocracia para a aquisição do financiamento e principalmente para a emissão da DAP.

QUESTÃO AGRÁRIA, ASSENTAMENTO E O PRONAF

A expropriação de camponeses e de povos tradicionais de suas terras, seguida de desemprego e pobreza no campo e na cidade, a concentração de terras e de riqueza nas mãos de pequenos grupos privilegiados, são elementos que asseveram cada vez mais a complexidade da questão agrária brasileira. Alguns estudiosos como Martins (1997, p.12) e Fernandes (2005, p.10) discorrem a cerca desse processo, sendo que para Martins “A questão agrária é o problema e a reforma agrária é a solução do problema.” Mais para Fernandes “não há trégua perene e nem rendição total para questão agrária”.

Neste sentido nos alinhavamos nas ideias de Fernandes, pois entendemos que o problema da questão agrária brasileiro é de cunho estrutural e também conjuntural, tendo em vista que a estrutura da terra no Brasil foi/é formulada para privilegiar grupos de centralidade do poder político, e que a conjuntura posta para se fazer uma reforma agrária nos atuais moldes políticos é uma grade utopia, já que a conjuntura está intimamente ligada a estrutura, de interesse de uma pequena classe dominante e altamente capitalista. “Concentram-se os bens, o capital, a propriedade da terra e seus recursos, concentrando-se ainda mais o poder político, num processo cumulativo resultante da exploração do trabalho e da marginalização social e política da maior parte de nosso povo” (CNBB, 2013, p. 3).

A dita reforma agrária é uma política pública realizada pelo Governo Federal atualmente gerida pelo Ministério da Agricultura e que deveria ter como objetivo central “remodelar a estrutura fundiária de uma região ou de um país.” (SODRÉ, 2015, p. 24) Ação que não é vista no cenário político a alguns anos. Após o golpe de 2016 que destituiu a ex-presidente Dilma Rousseff do poder e o deu a Michel Temer a reforma agrária foi abandonada e sucateada pois para o paradigma político deste governo não era tido como de suma importância, assim dois anos se seguiram sem que nada fosse feito e criando-se apenas oito assentamentos rurais (INCRA, 2018) tendo em vista que a reforma agrária visa beneficiar grupos pobres e marginalizados não é interessante para a hegemonia dominante do país a fortalecer, pois conceder terras a esses grupos é para eles uma perda de dinheiro.

A reforma deveria ser realizada por meio de um conjunto de medidas que buscassem uma nova divisão e uma nova distribuição de terra do país para assim melhorar a renda, as questões sociais, o respeito cultural, a preservação ambiental, e o modo de vida dos povos do campo.

No entanto entendemos essa política atual de reforma agrária como uma mera política de “amenizar conflitos”, uma vez que visa, na maioria das vezes, destinar áreas improdutivas ou de difícil acesso a camponeses, que buscam viver da/pela terra. (TERRA; RODRIGUES, 2018, p. 256) Essa concessão da terra se dá pela necessidade de calar os movimentos sociais e as classes sociais mais pobres, que denunciam a grilagem e a concentração fundiária de grandes proprietários ligados aos setores do agronegócio e a pecuária.

Segundo o INCRA (2004), projeto de assentamento rural consiste num:

Conjunto de ações, em área destinada à reforma agrária, planejadas, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do(a) trabalhador(a) rural e de seus familiares. (INCRA, 2014 p. 2)

As áreas de assentamento rural na maioria das vezes são fruto de desapropriação, por se tratarem de áreas que não cumprem sua função social (LEITE, 2012, p. 110) (áreas improdutivas ou abandonadas), sendo fruto de muita luta por parte de movimentos sociais, sindicatos, organizações, associações e camponeses.

A partir dos anos finais da década de 1990, com o PRONAF já em vigor foram promovidas discussões (isso por conta do princípio de decadência dos projetos de assentamento, de onde as famílias se evadiam, buscando áreas mais acessíveis e com maior produtividade, além de melhor infraestrutura) acerca de como melhorar a manutenção e a consolidação das famílias camponesas nos assentamentos assim ocorreu a elaboração de uma Política Nacional de Assistência Técnica, voltada para os projetos de assentamento rural do INCRA, no sentido de buscar atender as especificidades e permitir mudanças no contexto da realidade agrária brasileira (CARNEIRO, 1997, p.73).

Partindo da necessidade de se adaptar as novas demandas dos assentados o INCRA lançou em 2004, o Serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), sob uma perspectiva, de não contemplar apenas as questões produtivas até então entendidas como principais, mais também outras dimensões de sustentabilidade como as questões social e ambiental.

Segundo Campelo (2008) as ATES tem como base principal promover:

A sustentabilidade dos Projetos de Assentamentos Rurais, na tentativa de garantir procedimentos metodológicos com caráter participativo e com o objetivo de assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas, nos Projetos de Assentamentos reconhecidos pelo INCRA, tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma ambientalmente sustentável (CAMPELO, 2008 p. 4).

Desse modo, os camponeses assentados passariam a desenvolver a agricultura de base de forma assistida e controlada, contando também, com os benefícios de outras políticas que lhe garantiam o capital a ser investido nas áreas recém adquiridas, como descrito por Silva e Araújo (2008, p. 105) “várias políticas públicas são conquistadas, tais como o crédito para a produção, políticas sociais, infra-estrutura e apoio técnico”.

Ao entrarem na nova terra os camponeses recebem do INCRA alguns tipos de benefícios financeiros que garantem a manutenção do mesmo nos primeiros anos. Contudo para uma maior desenvoltura é indicado a produção em áreas de uso comum, de modo coletivo (MST, 2009, p. 9). No entanto, não é bem isso que ocorre, os camponeses que recebem as terras em uma área de assentamento nem sempre são de organizações sociais de mesma linha ideológica, e também não tem uma relação de amizade uns com os outros, numa visão totalitária, contudo para a aquisição do crédito é preciso a união dos assentados e o fortalecimento da organização social em um coletivo de trabalho, sendo que nessa

organização eles teriam que trabalhar em conjunto, o que na maioria das vezes não ocorre, pois ao se conquistar a terra (o assentamento) cada um tende a buscar seus interesses e seus próprios meios de articulação e produção.

O trabalho desenvolvido pela equipe técnica da ATES, é relevante, pois além de assessorar o produtor rural durante as diversas etapas para acesso ao crédito, tarefa que não é fácil, auxiliar no desenvolvimento da aplicação do recurso, na averiguação das implicações na produção, produtividade e renda das famílias beneficiadas, além do supervisionamento na efetiva aplicação desses recursos contratados e aceitos pelo banco.

No entanto Silva e Araújo (2008, p. 114) asseveram que:

...a extensão rural foi profundamente marcada por uma orientação política e metodológica em que prevaleceu uma concepção que, sob o manto do conhecimento científico/tecnológico e longe da neutralidade, trazia consigo fortes laços com grandes interesses econômicos à montante e à jusante dos processos produtivos.

Neste sentido Boaventura (2006, p. 37) ressalta:

para se pensar a emancipação social na atualidade é necessária, por parte dos vários campos do conhecimento, uma desfamiliarização com o pensamento dominante e um maior entrosamento com a nova epistemologia que emerge dos povos que resistiram ao processo de modernização conservadora da agricultura.

Assim, considera-se relevante empreender estratégias claras de fortalecimento e apoio à formação de organizações sociais fortes, com capacidade e legitimidade dentro e fora dos assentamentos, que possam desenvolver estruturas que permitam os ajustes na implementação das políticas públicas, lutando e reivindicando-as, e também não se permitindo simplesmente ficar à mercê de políticas advindas de cima para baixo e serem manipulados segundo interesses do capital.

As instituições públicas no setor rural devem ser mais fortes do que são hoje, e este contato dar-se-á a partir de maior relação entre agentes públicos e sociedade (PERICO & RIBERO, 2005). Para esses autores “As comunidades organizadas são o baluarte sobre o qual se pode construir uma relação eficiente de qualificação da demanda de bens e política pública. Sem essas organizações, autônomas, não será possível gerar poder nas comunidades”.

Assim, o uso do PRONAF por assentados é complexo, pois esses ao entrar na terra buscam sua autonomia e liberdade, características do camponês, além disso muitos sabem que ao adquirirem o crédito, estão adquirindo também um pacote de regras que os inserem ao capitalismo do campo, e ao setor de produção, pacote esse que traz consigo sementes

selecionadas, adubos e venenos de marcas que são hegemônicas no mercado (OLIVEIRA, 1984).

Desse modo, o camponês assentado, também entende que corre o risco de adquirir junto ao financiamento uma dívida que ele não vai poder pagar, pois a falta de experiência com esse novo modo de produzir e as falhas na própria presença da assistência técnica no campo, podem acarretar na perda da produção ou na baixa produtividade das plantações. Entendendo também que o camponês tendo ou não o acesso ao crédito do PRONAF vai cultivar a terra para manutenção da sua família, relação essa que não é compreendida pelo mercado capitalista que visa o acúmulo e a concentração de riquezas para si.

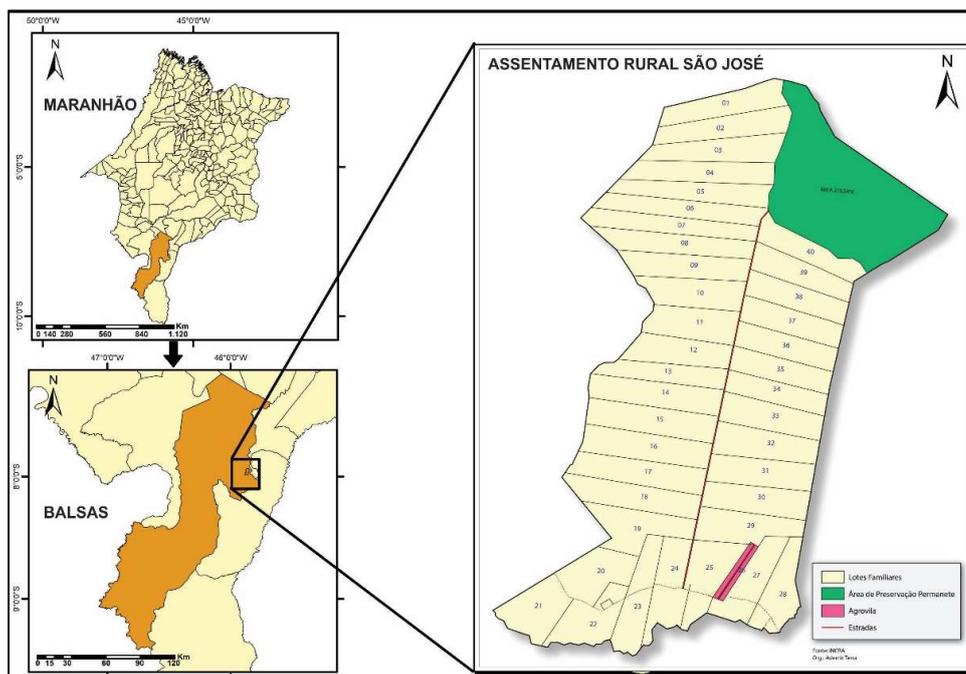
Os critérios que regem as leis do mercado, do lucro e dos bens materiais regulam também as relações humanas, familiares e sociais” e que “por vezes, os pobres são considerados supérfluos e descartáveis. Desta forma, se compromete o equilíbrio entre os povos e nações, a preservação da natureza, o acesso à terra para trabalho e renda, entre outros fatores (CNBB, 2013, p. 6)

Para exemplificar tal assertiva, acerca do Pronaf em assentamentos rurais, selecionou-se entre os nove assentamentos registrados pelo INCRA no município de Balsas, o Assentamento Rural São José, tal seleção se deve à relação estabelecida entre o pesquisador e o atual presidente da associação dos assentados do São José em uma etapa anterior da pesquisa, o que permitiu tomar ciência da estrutura e das articulações dos moradores deste assentamento.

ASSENTAMENTO RURAL SÃO JOSÉ EM BALSAS NO MARANHÃO

A história do assentamento São José começa a ser delineada no ano 2000, quando parte da então fazenda São José foi liberada, pelo seu proprietário Elói Coelho, para que alguns camponeses, pudessem cultivá-la. Três anos após, o senhor Elói faleceu deixando as terras para sua esposa Maria de Jesus Fonseca Coelho Netto, segundo os entrevistados, a mesma quis se desfazer da propriedade tentando assim expulsar os então moradores (camponeses) da propriedade por meio da força, utilizando-se de ameaças e de outros apetrechos (WELCH, 2012, p. 145), provocando um conflito que se arrastou até o ano de 2005, quando o INCRA interveio no local, criando ali o Projeto de Assentamento (PA) São José (Figura 01).

Figura 01 – Localização e espacialização do Assentamento São José em Balsas no Maranhão



Fonte: INCRA; TERRA, 2015
Org.: RODRIGUES, 2017

O PA São José abrange uma área de 1.125 hectares no município de Balsas no Maranhão, criado pelo INCRA em 01 de agosto de 2004, por meio do processo INCRA/SR – 12/nº 54230.001706/2003-65, sendo fruto do mandato de imissão na posse nº 692/2005/SECIV, expedido pela juíza federal Dra. Edna Maria Silva Medeiros, tendo beneficiando 39 famílias, dez que ali já residiam e mais vinte e nove vindas de outras áreas, e tendo capacidade para abrigar ainda mais três, cabendo a cada família uma área de 31,5 hectares (INCRA, 2004).

No ano de 2010 o assentamento recebeu energia elétrica no âmbito do projeto “luz para todos” do Governo Federal, hoje, passados catorze anos de sua criação, o assentamento conta com uma agrovila composta por 42 casas; uma escola improvisada que utiliza casas na agrovila, cedidas pelos assentados, onde os alunos frequentam o Ensino Básico, todavia, encontra-se em fase adiantada de construção de uma escola com espaço amplo e melhor estrutura (Foto 1); uma descascadora de arroz, as famílias que ali residem são produtoras de arroz, feijão, mandioca, macaxeira, amendoim e milho (Foto 2).

Foto 1 – Vista da construção da futura escola da agrovila São José



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Foto 2 – Produtos produzidos pelos camponeses da PA São José



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

De acordo com o atual presidente do assentamento São José, a área do assentamento já foi dividida em lotes pelo INCRA, mas, mesmo assim, as famílias se articularam e produzem em uma área de uso comum (Foto 3), no princípio houveram alguns conflitos internos, mas que hoje não há quaisquer conflitos entre eles.

Contudo as famílias do assentamento sofrem as consequências por estarem “ilhados” entre as fazendas produtora de grãos que cercam o assentamento (RODRIGUES, TERRA, 2018, p. 1211). Segundo um dos moradores, um dos principais problema enfrentado pelos assentados, refere-se à constante exposição das famílias aos agrotóxicos que são utilizados nas plantações de grãos em grande escala, há relatos de crianças que teriam adoecido e, também da contaminação das águas do Riacho São José que corta o assentamento (Foto 4), pois os fazendeiros lançam os produtos químicos nas lavouras e os mesmos contaminam as águas dos riachos de onde os assentados coletam água para o consumo diário.

Foto 3 – Cultivo de feijão na área de uso comum da PA São José



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Foto 4 - Riacho São José



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Sobre essa temática Bombardi (2017, p. 53) assevera que...

[...] portanto, algo muito concreto e que é apenas a ponta do iceberg de algo muito mais complexo e que nos estranha a todos enquanto sociedade. Nesta “ponta de iceberg” verifica-se que o uso de agrotóxicos, nas dimensões em que tem se dado, tem gerado um indiscutível impacto sobre todos, mas, sobretudo de camponeses e trabalhadores rurais.

Em visita realizada em março de 2018 ao assentamento foram aplicados cerca de 15 questionários às famílias camponesas que lá residem. Os questionários vislumbravam questões que contemplavam desde a questão agrária (os conflitos agrários), ao arcabouço das políticas públicas e sua vigência no assentamento. O quadro um apresenta alguns das questões, bem como as respostas proferidas pelos camponeses do PA São José.

Quadro 1- Perguntas e respostas dos questionários aplicados aos camponeses da PA São José em Balsas, em 2018

<i>Perguntas</i>	<i>Respostas</i>
<i>1º - Tem acesso a algum tipo de financiamento? De que tipo? Com que regularidade acessa?</i>	85% NÃO; 10% Acessam o PRONAF B; 5% Acessaram o crédito do INCRA.
<i>2º - Recebe algum tipo de auxílio de alguma esfera governamental?</i>	45% Recebem o Bolsa Família; 35% NÃO recebem qualquer auxílio; 20% São aposentados.
<i>3º - Qual a sua opinião sobre as políticas dos diferentes níveis de governo para o pequeno produtor?</i>	45% São poucas; 25% Não responderam; 20% São RUINS; 10% Não os ajudam.
<i>4º - Quais as políticas que deveriam ser implantadas que poderiam favorecer os pequenos produtores?</i>	70% PRONAF; 30% não responderam.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Org.: RODRIGUES, 2018.

Na opinião de 30% dos camponeses que responderam aos questionários, ainda existem entraves que dificultam o acesso ao crédito do PRONAF. Quando questionados sobre qual seria a solução para esses entraves 35% marcaram a alternativa que esboçava que para resolver esses problemas seria fundamental o auxílio de alguma pessoa que lhes explicasse como o programa funciona.

Alguns camponeses explicaram que poderia ser mais fácil conseguir o dinheiro direto no banco e/ou por meio de outras formas de financiamento, se alguém os auxiliasse. 55% reclamaram que o camponês está desamparado quando necessita conseguir dinheiro, pois, no banco, pedem muitos documentos; 10% nunca foram ao banco saber como os programas de

financiamento funcionam, e que precisam de ajuda e acreditam que os bancos e a secretaria de agricultura do município poderia auxiliá-los melhor, e 5% explicaram que o acesso ao crédito é fácil e que os bancos, e o Sindicato estão sempre ajudando quando eles precisam.

Evidencia-se que as famílias camponesas da PA São José em Balsas não são beneficiadas em sua totalidade pelo PRONAF, em alguns relatos informais os moradores queixavam-se das dificuldades para a aquisição de créditos, outros que já acessaram o PRONAF, relatam que tentaram por mais de uma vez, e aqueles que não tiveram acesso, se queixam do rigor bancário na concessão do crédito, e que por conta disto eles têm dificuldades na produção, e no escoamento daquilo que conseguem produzir.

os recursos do PRONAF não conseguem atingir plenamente seu público alvo. Até mesmo, aqueles agricultores que possuem experiência com o sistema bancário e burocrático sentiram dificuldades para acessar o programa, mesmo contando com a orientação da Emater. (MERA & DIDONET, 2010, p. 56)

Os camponeses que conseguem produzir com ou sem os recursos advindos do PRONAF, mesmo com dificuldades, comercializam seus produtos aos sábados no mercado municipal de Balsas (Fotos 5 e 6), esses produtores são em sua maioria leguminosas, frutas e verduras, também se encontra grande variedade de frutos do cerrado, advindos de coletas realizadas pelos camponeses. Os camponeses tentam cultivar e comercializar alimentos sem o uso de agrotóxicos, no entanto não é uma produção agroecológica, pois como já destacado anteriormente há uma dispersão de agrotóxicos nas plantações de grãos, vizinhas ao assentamento e áreas de cultivo e isso faz com que as culturas camponesas sejam contaminadas direto e indiretamente.

Foto 5 – Comercialização de produtos da agricultura camponesa no mercado municipal de Balsas



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Foto 6 – “frutos” do cerrado sendo comercializados na parte interna do mercado municipal de Balsas



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Esse camponeses fornecem alimentos de excelente qualidade e a baixo custo, segundo a presidente do Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Balsas – STTR, esses camponeses também forneciam alimentos para dois programas de alimentação escolar o Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, no entanto o Pnae foi suspenso no município no mês de março de 2017 em virtude da não prestação de conta, por parte da prefeitura municipal de Balsas, e o PAA está desativado desde o ano de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a pressão dos movimentos sociais ligados aos povos e comunidades do campo, que reivindicaram bravamente um programa de crédito específico para atendê-los, deu-se início, em 1996, ao PRONAF, objetivando o desenvolvimento da agricultura familiar a partir do oferecimento de crédito rural diferenciado dos disponíveis no sistema financeiro.

Contudo, na prática, percebe-se, através de estudiosos e também deste trabalho, que existem pontos divergentes no que se refere ao fornecimento de créditos e sua aplicabilidade, sendo evidente a burocracia e os entraves entre o banco e o acesso dos camponeses ao crédito. Outro meandro que envolve o PRONAF, em grande parte, é a aplicação que engessa os camponeses em um pacote que engloba insumos modernos, mostrando que o modelo de produção financiado pelo PRONAF é bastante tecnificado.

Pelos resultados deste trabalho, compreendemos que os camponeses entendem que o programa é um modo de financiamento mais barato, utilizado para o financiamento da lavoura e para a compra de equipamentos para as atividades no campo. No entanto, o que se verifica é que os camponeses aqui analisados não conseguem acessar com o crédito do PRONAF, por percalços e principalmente falta de informação, o que descredibiliza o programa e principalmente deixa desassistidos os camponeses que necessitam do crédito para ajudar e mantê-los no campo através do cultivo da terra.

Por fim, ressalta-se aqui, que os camponeses balsenses têm enfrentado dificuldades em se manter no campo, isso por conta do avanço do agronegócio sobre as populações tradicionais, as quais têm sido esmagadas pelas ações de grilagem, ameaça e corrupção no campo, onde o capital e a produção em alta escala, tem tomado rumos que não respeitam a natureza e nem a vida. E por conta da dificuldade na aquisição do crédito do PRONAF, que

deveria garantir a manutenção e aumento da produção camponesas, os fortalecendo como agentes sociais do campo.

A pesquisa mostrou-se relevante para o entendimento do atual contexto social e econômico do meio rural do assentamento São José. Esperar-se que a situação aqui analisada e vivenciada pelos camponeses se torne minimamente solucionada ou pelo menos mitigada, para tanto, faz-se necessário o envolvimento de todas as forças dos agentes públicos e sociais, para mesmo que de forma utópica, possa fazer nesse assentamento um ambiente favorável à manutenção, evolução e reprodução das famílias camponesas e do seu modo tradicional de vida, afinal de contas, a natureza tem se mostrado generosa com todos os seus munícipes.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, S. S. **A gramática do tempo para uma nova cultura política**. Porto: Afrontamento, 2006. Publicado no Brasil, São Paulo: Editora Cortez, 2006 (2ª edição).

BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo – SP. FFLCH – USP, 2017.

BRASIL. **Decreto de 11 de agosto de 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10255.htm Acesso em: 16 de dez. de 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). **Cartilha de acesso ao Pronaf 2011-2012**. Brasília/DF, 2011, p. 28. Disponível em: <file:///C:/Users/PC-4/Downloads/cartilha%20pronaf.pdf>. Acesso em: 16 de dez. de 2018.

CAMPELO, L. *et al.* **Acesso ao crédito Pronaf nos assentamentos rurais: visão da assessoria técnica**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, Rio Branco – Acre, 2008.

CARNEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**, Estudos Sociedade e Agricultura, 1997, 70-82.

CNBB. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **A Igreja e a questão agrária no século XXI**, 51ª Assembleia Geral da CNBB, Aparecida-SP, 2013.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In BUAINAI, A. M. (Ed). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em 09 de jan. 2019.

INCRA. Instrução normativa nº 15, de 30 de março de 2004. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_normativa/in_15_30032004.pdf Acesso em 09 de jan. 2019.

LEITE, S. P. Assentamento rural. In; Caldart, R. S. *et al.* (Org.) **Dicionário da Educação do campo.** Rio de Janeiro – São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 108 – 112.

MARTINS, J. S. A Questão Agrária Brasileira e o Papel do MST. In Stédile, J. P. (org.). **A Reforma Agrária e a Luta do MST.** Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p. 11-76.

MERA, C. P.; DIDONET, G. B. **Aplicação dos recursos do PRONAF pelos agricultores familiares do município de Cruz Alta (RS).** Perspectiva econômica v. 6, n.2:45-58 jul/dez 2010.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Os 25 anos do MST.** 2009. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2009/06/22/os-25-anos-do-mst.html>. Acesso em 03 de jan. 2019.

OLIVEIRA, M. A. conjugação do crédito rural à assistência técnica no Brasil: análise da experiência brasileira de assistência técnica e extensão rural. In: **Cadernos de Difusão e Tecnologia.** Brasília: Embrapa, v.1 n.1, jan/abr,1984.

PERICO, R. E.; RIBERO, M. P. **Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável: Visão do território na América Latina e no Caribe.** Brasília: II CA, 2005.

RODRIGUES, V. V.; TERRA, A. **Conflitos socioespaciais entre os agricultores tradicionais e sojicultores no município de Balsas Maranhão.** Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 4, n. 4, p. 1196-1216, jul./set. 2018.

SILVA, A. G.; ARAÚJO, J. P. **O dilema da assessoria em assentamentos rurais: entre o ideal concebido e o real praticado.** Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XV, Jan – Jun de 2008.

SODRÉ, R. B. **AS (RE) FORMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA MARANEHENSE: multiplicidades e singularidades nos assentamentos Cigana e Cristina Alves - Itapecuru Mirim – MA, (Monografia) Curso de geografia – UEMA/São Luís – MA, 2015.**

TERRA, A.; RODRIGUES, V. V. Conflitos socioterritoriais entre camponeses e sojicultores no município de Balsas Maranhão. SANTOS, L. C. A. *et al.* (Org.) **Geografia: Trabalho, sociedade e meio ambiente.** São Luís –MA: Ed. UEMA, 2018. p.240- 264.

WELCH, C. A. Conflitos no campo. In; Caldart, R. S. *et al.* (Org.) **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro – São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.141- 149.